ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

VOTO DE PESAR

No passado dia 23 de outubro, faleceu, aos 83 anos de idade, Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.

Nascido na Nazaré, a 1 de dezembro de 1941, Laborinho Lúcio licenciou-se em Direito e fez-se Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cidade onde iniciou uma notável carreira na magistratura, tendo sido Delegado do Procurador da República nas comarcas de Seia, Fundão e Santarém, Juiz de Direito em Oliveira do Hospital e Tábua, Procurador junto do Tribunal da Relação de Coimbra, Inspetor do Ministério Público, Diretor da Escola da Polícia Judiciária e Diretor do Centro de Estudos Judiciários.

Exerceu igualmente funções de grande responsabilidade institucional e política, sendo Secretário de Estado da Administração Judiciária em 1990, subindo depois a Ministro da Justiça em dois governos liderados por Aníbal Cavaco Silva, até 1995.

Foi eleito Deputado à Assembleia da República, tendo sido ainda Presidente da Assembleia Municipal da Nazaré, a sua terra natal.

Jubilado como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, manteve sempre uma voz ativa e lúcida no debate sobre a Justiça, sobre a Democracia e sobre os Direitos Humanos.

Laborinho Lúcio foi um jurista brilhante e um dos mais proeminentes Ministros da Justiça que Portugal teve em Democracia. A sua visão humanista do Direito, em que a justiça deve estar ao serviço das pessoas, é uma característica que merece ser recordada e admirada.

Como governante, dignificou o Estado português no exercício de todos os cargos da República democrática, relevando-se que, entre março de 2003 e março de 2006,

tenha ocupado o cargo de Ministro da República para os Açores, testemunhando-se a sua entrega ao País, à Lei e à Constituição.

Em 1990, foi um dos fundadores da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, uma organização pioneira em Portugal, dedicada ao apoio às vítimas de crime.

A sua intensa atividade cívica estendeu-se à CRESCER-SER, de que foi sócio fundador, à Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família, à Mesa do Congresso da Associação dos Juristas de Língua Portuguesa e ao Conselho Geral da Fundação do Gil.

Foi igualmente Vogal do Conselho Diretivo da Fundação Centro Cultural de Belém e Professor convidado de Direito Penal na Universidade Autónoma de Lisboa.

Concebeu e coordenou o Congresso da Cidadania, realizado nos Açores, em 2005, com iniciativas nas nove ilhas do arquipélago.

São inúmeros os artigos publicados do seu legado, assim como as palestras proferidas. Escreveu livros como *A Justiça e os Justos* (1999), *Palácio da Justiça* (2007), *Educação, Arte e Cidadania* (2008), *O Julgamento – Uma Narrativa Crítica da Justiça* (2012), *Levante-se o Véu*, este em coautoria (2011), e ainda os romances *O Chamador* (2014), *O Homem Que Escrevia Azulejos* (2016), *O Beca da Liberdade* (2019) e *As Sombras de uma Azinheira* (2022).

Premiado na área da Psicologia, foi-lhe atribuída, em 2016, pelo Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, a Medalha de Reconhecimento. E recebeu, em 2017, da Associação Pró-Inclusão, a Medalha de Mérito.

Foi agraciado por Sua Majestade, o Rei de Espanha, com a Grã-Cruz da Ordem de D. Raimundo de Peñaforte e por Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Entre 2013 e 2017, foi Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho e Membro Eleito da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Em fevereiro de 2019, foi-lhe atribuído pela Universidade do Minho o título de Doutor Honoris Causa em Ciências da Educação. Também a Universidade dos Açores lhe atribuiu idêntica distinção, em Humanidades, em novembro de 2024.

Laborinho Lúcio tomou posições concretas sobre áreas fundamentais para a vida de Portugal. Foi uma voz pioneira na defesa dos direitos das crianças e pugnou por uma justiça educativa, não punitiva, centrada na reinserção, responsabilização e proteção dos menores.

Que o seu legado seja um exemplo de inspiração para as atuais e futuras gerações, pois Portugal perdeu uma voz íntegra, humana, livre e de enorme competência.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Laborinho Lúcio.

Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 11 de dezembro de 2025.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Luís Carlos Correia Garcia